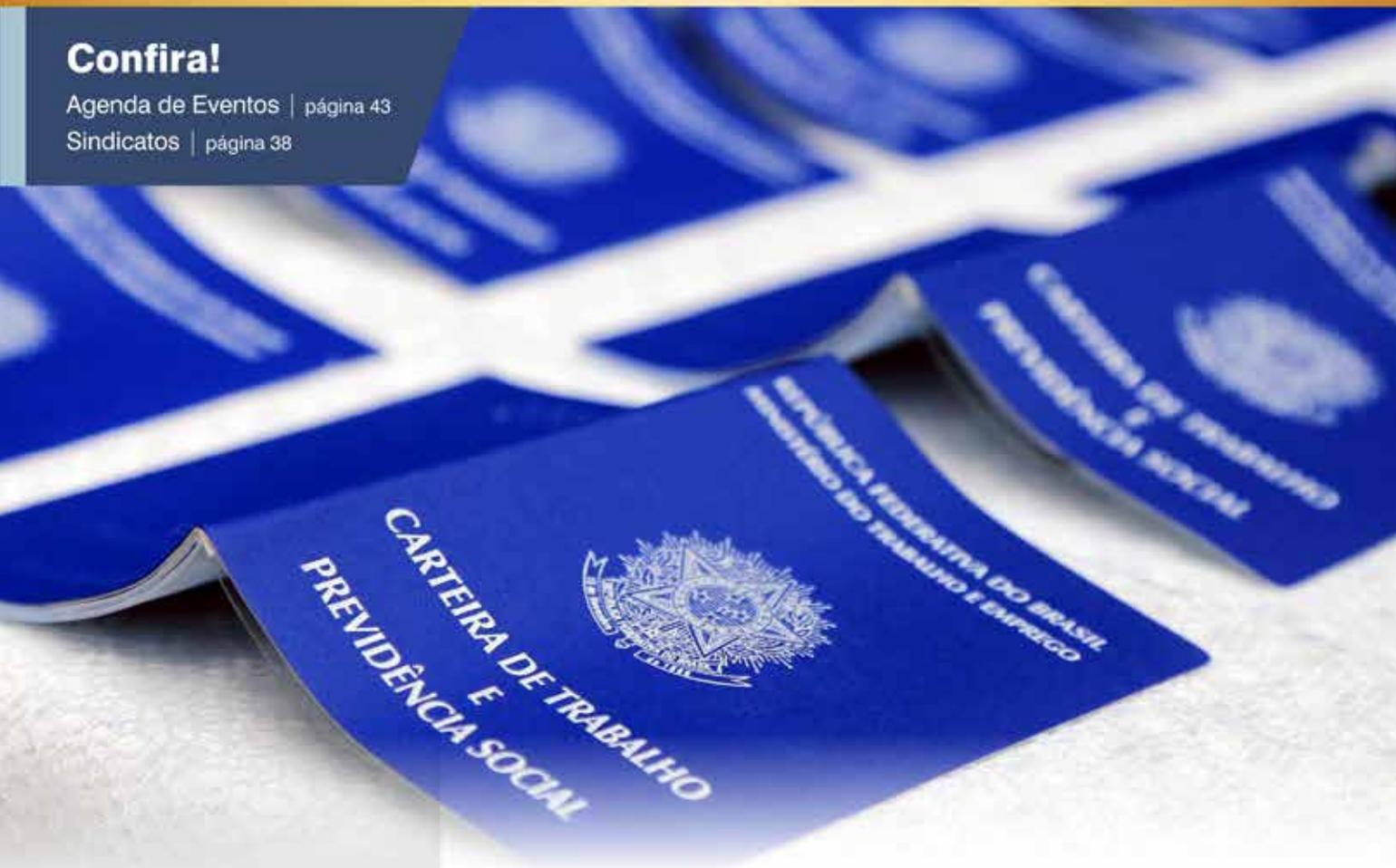


Confira!

Agenda de Eventos | página 43

Sindicatos | página 38



SINDESP-ES:

há quase três décadas defendendo os interesses da segurança privada
página 20

Segurança Privada perde quase 60 mil vagas de trabalho em dois anos

página 24

**Depressão afasta
75 mil brasileiros
do trabalho em 2016**
página 9

**Encontro Regional Sul
reúne lideranças de todo
o País em Santa Catarina**
página 18

**Estatuto da Segurança
Privada já tramita
no Senado**
página 30



CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO
E COMBATE À SEGURANÇA CLANDESTINA

CLANDESTINIDADE
D E N U N C I E !



Fenavist

Federação Nacional das Empresas
de Segurança e Transporte de Valores

www.fenavist.org.br

(61) 3327 - 5440 / fenavist@fenavist.org.br
SBS, Quadra 2, Bloco E, Salas 1601 | 1602
Ed. Prime Business Convenience
Brasília-DF
CEP: 70070-120



SINAL DE ALERTA LIGADO

O ano de 2017 se inicia com sinais de que o Brasil pode começar a se reerguer após enfrentar, nos últimos anos, uma severa crise econômica. A inflação começa a arrefecer, o Banco Central voltou a cortar a taxa básica de juros. E, no Congresso Nacional, reformas fundamentais para o País, como a da previdência e a trabalhista, tramitam com boas chances de serem aprovadas.

Após um longo período tenebroso, tendemos a olhar para o cenário positivo e nos animar. Mas, faço aqui o papel do advogado do diabo. Por mais que as coisas pareçam rumar para uma situação favorável e para a retomada do crescimento, não devemos nos empolgar. Precisamos de parcimônia.

Não podemos nos esquecer do passado recente. Os anos de 2015 e 2016 apresentaram números perversos para o segmento de segurança privada. Foram quase 60 mil vagas de trabalho fechadas no período. Por maiores que tenham sido os esforços das nossas empresas, não conseguimos evitar essa situação.

Este ano se apresenta para o setor com enormes desafios. Infelizmente, antes de pensarmos em retomar o crescimento com números expressivos, precisamos ter a consciência que o



primeiro passo é conseguir manter os empregos gerados por nossas empresas. E isso só será possível com um trabalho de gestão consciente. Não existe fórmula mágica.

Muito da possibilidade de voltarmos a ter um horizonte promissor passa pelo Estatuto da Segurança Privada. Após uma longa tramitação na Câmara dos Deputados, que culminou com a aprovação pelo plenário da Casa no final do ano, agora, o Projeto de Lei que moderniza a Lei nº 7.102, de 1983, volta a ser analisado pelos senadores.

Posso prometer uma coisa a vocês, assim como foi na Câmara, a Fenavist trabalhará diuturnamente pela aprovação. O Estatuto da Segurança Privada é fundamental para que o segmento volte a ter condições de se desenvolver.

Os desafios são grandes, mas, se mantivermos união, determinação e a vontade de trabalhar que temos demonstrado ao longo da nossa história, com certeza, ao final do ano, trocaremos o sinal de alerta pelo sinal verde.

Vamos ao trabalho!

Jeferson Furlan Nazário
Presidente Nacional da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente Nacional

João Eliezer Palhuca

Vice-Presidentes

Adriano Macedo da Fonseca, Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Aprígio Rello Júnior, Augusto Farias, Autair Iuga, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Dildo Wanderley Berger, Domingos Alcântara Gomes, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Francisco de Assis Veras Fortes, Francisco Lopes, Frederico Carlos Crim Câmara, Irenaldo Pereira Lima,IVALDO VICENTE NAVES, Ivan Hermano Filho, JacymarDelfinnoDalcamini, Jefferson Simões, José Adir Loliola, José Evaldo Vieira, José Jacobson Neto, José Pacheco Ferreira, José Rossini Araújo Braulino, Joseph Ribamar Madeira, Leonardo Ottoni Vieira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luiz Alfonso Fregulia, Marco Aurélio Pinheiro Tarquinio, Odair de Jesus Conceição, Paulo Sérgio Macedo, Renato Fortuna Campos, Ricardo Roland Rocha, SalmenKamalGhazale, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero, Victor Saeta de Aguiar, Waldemar Pellegrino Junior, Wanderley Aranha.

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Junior, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Amauri de Oliveira Soares, André Luis Costa Machado, Antônio Laete Cabral Filho, Antônio Vasco Pereira Filho, Ari Luis Favero Dal Bem, Avelino Lombardi, Danilo Medeiros Braulino, Eliete Carius Lins e Silva, Elson Batista Ramos, Flávio Sandrini Baptista, Frederico Muniz Junqueira de Almeida, Halano Soares Cunha, Jefferson Marques de Quadros, João Batista Diniz Junior, João Bosco Suzano Giantaglia, João José Andrade de Almeida, Jonivaldo de Oliveira Moreira, José Caetano Rodrigues Horta, José Eicino Rodrigues Bueno, José Helder de Souza Andrade, José Luiz Marques Rodrigues, José Nivaldo Campos Vieira, Leonardo Cavalcanti Prudente, Leonardo Vieira, Marco Antônio Alegre da Costa, Marcos Felix Loureiro, Marcus Vinicius Castro Nascimento, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Patrocínio Valverde de Morais Neto, Paulo Cesar Baltazar Viana, Raimundo Nonato Caldeira da Silva, Ricardo Kuerten Dutra, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Silvio Renato Medeiros Pires, Willian Benfica Silva.

Vice-Presidentes Regionais

Ângelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Escobal, Lauro Santana Silva, Paulo Renato Pacheco, Renê Rodrigues de Mendonça Filho, Alberto Minazzoli (adjunto), Cesar Marques de Carvalho (adjunto), Francisco de Assis Bezerra da Fonseca (adjunto), JerriBertoni Macedo (adjunto), Nilva Aparecida Lopes Jacomini (adjunto).

Conselho Fiscal

Lélio Vieira Carneiro, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Sandro Maurício Smaniotto, Ivan Zanardo, Manoel dos Anjos Almeida, Vivaldi Pereira Rodrigues.

Delegados Representantes

José Adir Loliola, Lélio Vieira Carneiro, Odair de Jesus Conceição, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luis Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Luis Evangelista

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

Fotografias

Centro de Documentação - CEDOC | Fenavist
Comercial

GRÁFICA

Athalaia

TIRAGEM

5.500 exemplares
Distribuição Nacional e Pontos Internacionais

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327.5440

Fenavist

Ed. Prime - SBS Qd. 2 - Lote 15 - Bl. E - 16º andar
Salas 1601/1602 | CEP: 70070-120
Brasília - DF - Brasil Tel: 55 61 3327.5440
www.fenavist.com.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

06 EXPOSEC comemora 20 anos

08 Artigo:
Como elevar o padrão do seu negócio

09 Depressão afasta 75 mil brasileiros do trabalho em 2016

12 Artigo:
A depressão no trabalho

14 Sindicatos filiados à Fenavist completam 30 anos

16 Cebrasse se consolida como uma das principais entidades do setor de serviços

18 Encontro Regional Sul reúne lideranças de todo o País em Santa Catarina

20 Sindesp-ES: há quase três décadas defendendo os interesses da segurança privada

24 Segurança Privada perde quase 60 mil vagas de trabalho em dois anos

28 Artigo:
Os riscos da contratação irregular de prestadores de serviço de segurança privada

30 Estatuto da Segurança Privada já tramita no Senado

32 Com gesto simples, Master Security Serviços se torna importante na vida de crianças carentes em São Paulo

34 Artigo:
Flexibilizar para garantir trabalho

35 Dica de leitura:
Coluna Segurança inteligente

36 Coluna Fenavist

38 Coluna Sindicatos

41 Relação de Sindicatos

42 Coluna Gente

43 Agenda

EXPOSEC COMEMORA 20 ANOS

*Parceira de longa data, Fenavist
estará presente à edição histórica*

Uma das maiores feiras de segurança do mundo, a EXPOSEC, completa 20 anos em 2017. A edição histórica será realizada de 23 a 25 de maio, no São Paulo Expo, em São Paulo. Organizada pela CipaFiera Milano em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), o encontro anual oferece aos expositores e visitantes oportunidade de conhecer novidades, tendências e fechar bons negócios no evento mais importante de segurança da América Latina.

“A EXPOSEC é atualmente a maior vitrine tecnológica do segmento”, comenta o diretor comercial da CipaFiera Milano, Rimantas Sipas. A previsão para este ano, de acordo com a estimativa do executivo, é reunir um público de 42 mil pessoas e 800 marcas expositoras. “O que se viu ao longo dos anos foi a consolidação da EXPOSEC como principal centro gerador de negócios para o segmento e ponto de encontro dos profissionais de todo o País”, ressalta o executivo.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança, Selma Migliori, ressalta que a feira pode ajudar na retomada da economia dentro do segmento de segurança. “Iniciamos 2017 ainda diante da incerteza do cenário econômico brasileiro; nisso está a grande importância da EXPOSEC como um espaço privilegiado de fomento de negócios para o setor, ajudando a vislumbrar novos caminhos para quem precisa rever estratégias e estimulando o crescimento de quem está bem no mercado.”



Parceria

Como entidade parceira, expositora ou apoiadora, a Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores (Fenavist) sempre está presente à EXPOSEC. Na edição histórica de 2017 não será diferente. A Fenavist e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) fecharam um acordo com a CIPA Feira Milano e garantiram presença no evento de 2017.

A Fenavist e o SESVESP vão repetir a parceria de sucesso com o estande institucional. O local é o grande ponto de encontro da Segurança Privada na EXPOSEC. Entre os benefícios do acordo com a CIPA Feira Milano está a montagem de um estande conjunto em uma localização privilegiada.

“Como representamos sindicatos e empresas de todo o País, a Exposec é uma oportunidade única de dialogarmos com empresários de todas as regiões, além de esclarecermos dúvidas sobre a atuação da Fenavist, já que o evento recebe profissionais não só do Brasil, mas também de outros países. Ao mesmo tempo, os empresários, gestores, gerentes e outros representantes das empresas que representamos têm a oportunidade de conhecer o que há de mais moderno em tecnologia e técnicas inovadoras que podem ser aplicadas ao dia a dia da segurança privada”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário.



EXPOSEC FEIRA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA



Na 20ª edição da Exposec – Feira Internacional da Segurança, você encontrará atualizações de produtos e serviços nos segmentos de Segurança Eletrônica, Privada, Pessoal, Patrimonial e Empresarial.

TENDÊNCIAS, TECNOLOGIA E MUITA SEGURANÇA

Antecipe seu credenciamento pelo site WWW.EXPOSEC.COM.BR

 **EXPOSEC**
FEIRA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA

23-25 MAIO 2017

13H ÀS 20H

SÃO PAULO EXPO

WWW.EXPOSEC.COM.BR

Realização



Mídia Oficial



Rede Internacional



Local



Eventos Simultâneos



Transportadora Aérea Oficial



Agência de Viagem



Organização e Promoção



COMO **ELEVAR** O PADRÃO DO SEU **NEGÓCIO**



Não há filosofia empresarial que resista sem resultados e não há empresa que resista sem filosofia de trabalho, portanto, ter um negócio rentável e manter uma equipe alinhada, confiável e comprometida com o bom atendimento será sempre um privilégio em qualquer lugar do mundo.

Por essa razão, existem negócios mais interessantes e alinhados com a realidade de mercado e outros que apenas sobrevivem. Para obter algo diferente, é necessário fazer algo diferente, afinal, por qual razão os clientes deveriam comprar da sua empresa se os preços em geral se equivalem?

Eis uma questão intrigante para a qual vale a pena investir tempo e reflexão. Depois de trinta anos de experiência com o público, quero compartilhar alguns insights que vão ajudá-lo a mudar a maneira de pensar a respeito do seu negócio e da sua equipe. Vejamos:

1. Você não administra mais um Ponto de Venda qualquer: você administra um negócio que interage com outros negócios, produz renda e empregos, sustenta famílias inteiras, gera impostos e promove o crescimento econômico da sua cidade, portanto, deve pensar como empreendedor.

Na prática, você pode administrar um negócio que concentra um alto volume de dinheiro, mas o lucro depende da eficiência e requer competências que vão além de abrir e fechar o caixa todos os dias. Sem uma gestão profissionalizada, estratégia convincente e diferencial nos seus produtos e serviços não há negócio que resista.

2. Você não precisa mais de auxiliares, atendentes e telefonistas: esses nomes são convenções estabelecidas pela legislação, sindicatos e planos de cargos e salários.

Na prática, o que sua empresa mais precisa é de colaboradores alinhados e comprometidos com a filosofia de trabalho adotada para o negócio, não importa o cargo ocupado.

É fácil obter comprometimento das pessoas? Claro que não, entretanto, isso não deve servir de desculpa para não continuar tentando. Os colaboradores são o espectro do líder e do seu estilo de liderança e ainda há muita gente disponível interessada em mostrar um bom trabalho.

3. Você não precisa mais de uma bandeira ou de uma marca específica: é importante representar uma bandeira ou uma marca de peso? A maioria dos empreendedores, se pudesse, estaria vinculada a grandes marcas, tais como: McDonalds, Apple, Burger King, Cacau Show, IBM, Montblanc e Natura, porém, isso custa caro.

Na prática, o desprezo ao cliente, produtos de baixa qualidade e atendimento mal feito nunca serão compensados por uma companhia de peso, não importa a marca que você representa.

4. Você não vende mais um simples produto, serviço ou mercadoria: arroz, chá, café, chocolate, livros, roupas e outros itens de consumo estão disponíveis na Internet ou em qualquer esquina da cidade, portanto, ninguém precisa ir até a sua loja para comprar.

Na prática, o que o cliente mais deseja é visual, comodidade, cordialidade, bom atendimento, rapidez e eficiência. O preço é importante, mas sua filosofia de trabalho com foco no cliente é ainda mais importante.

Se eu fosse o pipoqueiro da escola onde seus filhos estudam, seguramente, eu teria pipoca de ótima qualidade, o melhor atendimento, a embalagem mais atraente, a panela mais limpa e o carrinho mais apresentável da cidade.

Pense nisso e empreenda mais e melhor!

Jerônimo Mendes

Administrador, Coach,
Empreendedor e Palestrante



DEPRESSÃO

afasta 75 mil brasileiros do trabalho em 2016

*No mundo, estima-se que
350 milhões de pessoas
sofram da doença*

Tristeza, mudança de rotina, perda de interesse em atividades antes prazerosas, alteração de apetite, insônia ou sonolência em excesso, cansaço constante, dificuldade em realizar tarefas cotidianas, comprometimento da higiene pessoal. E os sintomas que podem se confundir com uma longa série de problemas, mas que devem ser analisados com muita atenção. Eles podem ser causados pela doença considerada o mal do século: a depressão.

No Brasil, apenas em 2016, 75.287 pessoas foram afastadas do trabalho por episódios depressivos ou transtornos depressivos recorrentes, segundo dados da previdência social. O número poderia ser ainda maior. "O estigma é um grande obstáculo a ser vencido no que concerne às doenças mentais. Esse preconceito faz com que muitos não procurem ajuda psiquiátrica e passem por diversos médicos de outras especialidades até o diagnóstico psiquiátrico correto", explica Antônio Geraldo da Silva, superintendente técnico e diretor-tesoureiro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

O psiquiatra vai além. "Infelizmente, as perspectivas não são das melhores. Até 2020, a Organização Mundial de Saúde acredita que a depressão será a segunda maior causa de afastamento e incapacitação para o trabalho, atrás apenas das doenças do coração."

Segundo Antônio Geraldo, a depressão pode ser causada por várias circunstâncias. A pressão no trabalho é um desses gatilhos. "A personalidade

“ Você entra em uma bola de neve e acha que só você tem o problema. O risco de suicídio é grave. Ele é iminente não só entre os trabalhadores e mais ainda entre os gestores ”

do indivíduo, o ambiente onde se insere e a predisposição genética são, frequentemente, apontados como aspectos que podem causar a depressão. Questões de trabalho, portanto, se inserem tanto no ambiente quanto nas questões de personalidade do paciente.”

A doutora em Psicologia e Psicanálise e especialista em depressão no trabalho, Kátia Torouquella Brasil, explica que a competitividade no ambiente de trabalho é natural, no entanto, quando ela se torna excessiva pode favorecer o surgimento da depressão. “O trabalhador fica muitas vezes extremamente isolado, tendo que cumprir metas, em alguns casos abusivas, e ele acha que não consegue atingir ou não consegue realizar enquanto os outros conseguem.”

Como perceber que um funcionário ou colega de trabalho pode estar com depressão? É preciso ficar atento a alguns comportamentos. “O sujeito começa a ter faltas, começa a adoecer. Adoecimentos físicos, somáticos. O sujeito não consegue dormir. Então, as pessoas começam a perceber que tem algum sofrimento no trabalhar”, exemplifica a professora do curso de Psicologia e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília.

Profissões com mais riscos

Os dois especialistas ouvidos pela Revista Fenavist deixam claro que todas as pessoas estão sujeitas à doença. No entanto, algumas profissões merecem atenção especial. “Estão mais suscetíveis à depressão profissões que lidam diretamente com o atendimento ao público, bem como o sofrimento humano e situações de risco”, explica o diretor da ABP, Antônio Geraldo da Silva.

Na lista estão, por exemplo, médicos, professores, profissionais do mercado financeiro, jornalistas e profissionais de segurança. “Além do tipo de profissão, no entanto, deve ser observada a carga horária exaustiva e o excesso de responsabilidades e cobranças sobre cada indivíduo, visto que a reação a esses aspectos é individual”, completa o psiquiatra.

Kátia Torouquella Brasil lembra que a depressão não escolhe cargo dentro da hierarquia das empresas. “Ninguém está imune, muito menos os gestores. É o sofrimento ético. Às vezes o gestor tem que implantar algo com que ele não concorda, que pode gerar mal-estar, sofrimento ao trabalhador, mas que ele tem que fazer, senão, ele mesmo será alvo de represália, de ataques.”

Independentemente do que levou a pessoa à depressão, uma das áreas mais afetadas é a vida social. Perda de interesse em atividades antes prazerosas, dificuldade nas relações com amigos, parentes e até nos relacionamentos amorosos estão entre os problemas enfrentados por quem sofre com a doença. Há quem busque na bebida ou em outras substâncias uma fuga, o que acaba por agravar o problema.

O diretor da Associação Brasileira de Psiquiatria e a professora da Universidade Católica de Brasília também fazem um alerta sobre os perigos de não dar atenção adequada à doença. “Outro sintoma preocupante e que necessita de atendimento imediato é a ideiação suicida, ou pensamento suicida. O suicídio é um risco real entre os deprimidos, e uma em cada cinco pessoas com depressão grave tenta suicídio ao menos uma vez”, afirma o psiquiatra.

“Você entra em uma bola de neve e acha que só você tem o problema. O risco de suicídio é grave.

Ele é iminente não só entre os trabalhadores e mais ainda entre os gestores”, completa Torouquella.

Cuidados e tratamento

A especialista em depressão no trabalho diz que as chances de diminuir os riscos da doença passam muito pela mudança de gestão das empresas. Ela critica as metas individuais e quantitativas, sem avaliações subjetivas ou que considerem o coletivo. “A fragilização do coletivo de trabalho não contribui com um ambiente saudável para o trabalhador”, ressalta Kátia Torouquella.

A ABP afirma que a redução dos números depende da promoção e prevenção de doenças, “desde alimentação adequada, atividade física, sem o uso de cafeína, nicotina, álcool e outras drogas até ambiente saudável e bons relacionamentos”, ressalta o diretor da associação.

O tratamento da depressão pode ser realizado de maneiras diferentes de acordo com a necessidade do paciente e incluir medicação, psicoterapia ou as duas coisas juntas. Tudo começa pelo diagnóstico adequado.

Vale ressaltar que mesmo depois dos sintomas desaparecerem, o tratamento deve continuar para evitar recaídas.

DEPRESSÃO É TEMA DE CAMPANHA DA OMS

O excessivo número de casos de depressão é uma das maiores preocupações da Organização Mundial de Saúde. A OMS estima que no mundo 350 milhões de pessoas sofram com a doença.

Para chamar a atenção ao problema, a entidade estabeleceu a depressão como tema do Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril. Além disso, vai trabalhar no combate à doença o ano todo.

Com o lema “Let’s talk” (Vamos conversar), a iniciativa reforça que existem formas de prevenir a depressão e também de tratá-la, considerando que pode levar a graves consequências.

A OMS ressalta que conversar abertamente sobre depressão é o primeiro passo para entender melhor o assunto e reduzir o estigma associado a ele, de modo que se incentive a procura por ajuda.

SÍNDROME DE BURNOUT

Além da depressão, uma outra doença também preocupa e tem afetado cada vez mais trabalhadores. A síndrome de Burnout causa um esgotamento profissional que leva à exaustão emocional. Pessoas sobrecarregadas com estresse contínuo podem desenvolver a síndrome. A pessoa não vê a possibilidade de resolver as tarefas demandadas e acaba desenvolvendo sentimentos negativos como ausência no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapso de memória, ansiedade, baixa autoestima. O indivíduo ainda pode apresentar sintomas físicos como cansaço, dor de cabeça, crise de asma, dores musculares, insônia e distúrbios gastrointestinais.

O tratamento, normalmente, passa pelo afastamento do trabalho, medicamentos e psicoterapia. Para evitar o esgotamento profissional, a pessoa deve praticar exercícios físicos com regularidade, ter alimentação saudável e boa qualidade de sono. Ela também precisa estabelecer limites no trabalho, como fazer uma pausa diária no uso do celular e do e-mail.

Em relação às empresas, é preciso que ofereçam condições de trabalho atrativas, com um ambiente sem problemas de comunicação. “Programas de socialização dos funcionários fora do ambiente de trabalho também são interessantes, bem como investimento no profissional e diminuição da burocracia e do excesso de regras”, defende o psiquiatra.

A DEPRESSÃO NO TRABALHO

Em 2017 a depressão é o tema de campanha da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o dia Mundial da Saúde, que é comemorado em 7 de abril, e a depressão no trabalho se insere nesse contexto de discussão, já que essa enfermidade pode ter origem no ambiente de trabalho.

Sabe-se que a depressão é um transtorno mental, resultante de uma complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos, e tem causado grande sofrimento e disfunção na vida do indivíduo, impedindo-o, muitas vezes, de continuar com suas atividades sociais, de trabalho ou domésticas.

No entanto, não é toda depressão que decorre do trabalho ou da atividade profissional, é preciso verificar, em cada caso, sua origem, para que não seja atribuída ao empregador uma responsabilidade por algo que ele não deu causa.

A depressão é reconhecida como doença pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência, em seu Anexo que trata dos Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados com o Trabalho.

É preciso esclarecer que a depressão pode ser considerada uma doença incapacitante acidentária ou doença profissional, quando se constata que decorre do exercício da atividade profissional, ou é apenas uma doença incapacitante.

Quanto ao aspecto previdenciário, o afastamento por depressão, que dura mais de 15 (quinze) dias, confere o direito de o empregado receber auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário. O que define se o benefício será de natureza acidentária ou previdenciária é a relação entre o afastamento do empregado do trabalho e a causa da depressão detectada.

De qualquer forma, para a concessão do auxílio-doença acidentário é necessária avaliação pericial ou a documentação médica do trabalhador, ou seja,

Cely Sousa Soares

Ope Legis Consultora Empresarial
Consultora Jurídica da Fenavist



vai depender da prova de que a incapacidade pelo quadro clínico de depressão decorreu do trabalho.

Quanto ao aspecto trabalhista, a questão é mais complexa, pois inclui alguns aspectos da responsabilidade civil do empregador.

O trabalhador pode pleitear uma indenização quando a doença é desenvolvida em razão de alguma irregularidade ou ato praticado pelo empregador no meio ambiente laboral, mas qualquer alegação nesse sentido deverá ser provada.

Um dos requisitos dessa responsabilidade é a existência do nexo causal, ou seja, é preciso que haja evidência bastante da relação de causalidade entre a conduta do empregador ou de seus prepostos e o dano sofrido pelo empregado. (DELGADO; GODINHO, 2011, p. 603, grifo nosso).

O art. 5º, inciso V, da Constituição confere o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem, assim como assegura, no inciso X, direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Não é aleatório, entretanto, esse direito, é preciso que se comprove a culpa do empregador pelo ato ou situação que provocou o dano ao empregado, conforme previsto no art. 186 do Código Civil, que estabelece: aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Essa previsão é completada pelo disposto no art. 927 também do Código Civil: aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Por isso somente quando preenchidos, ou seja, provados os requisitos essenciais para a responsabilidade do empregador, quais sejam, o dano, o nexo

“ O trabalhador pode pleitear uma indenização quando a doença é desenvolvida em razão de alguma irregularidade ou ato praticado pelo empregador no meio ambiente laboral, mas qualquer alegação nesse sentido deverá ser provada. ”

causal, e a culpa patronal, é que se poderá impor a obrigação de indenizar o trabalhador por ter adquirido a depressão no meio ambiente de trabalho ou em decorrência deste.

Na Justiça do Trabalho não é incomum se deparar com ações com pedido de indenização reparatória, em que se discute se houve ou não alguma responsabilidade do empregador sobre o dano sofrido pelo empregado, com o fundamento de que teria o trabalhador adquirido depressão no trabalho ou em razão deste.

Como a depressão pode ou não ter como origem o trabalho ou meio ambiente do trabalho, o que se tem observado nas decisões trabalhistas é certa cautela nas condenações e nos valores das indenizações fixadas.

É que o processo não tem, nem pode ter um fim econômico, deve sim servir para reparar o dano, caso ele ocorra e haja nexo causal com a conduta do empregador, mas sem retirar o caráter pedagógico, educativo, da sanção imposta.

O objetivo da reparação pecuniária deve ser amenizar o prejuízo moral, a dor, ou o sofrimento, bem como fazer com que o empregador modifique atos e procedimentos adotados com seus empregados; deve, portanto, ser fixada com a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

De qualquer forma, a pergunta que se poderia fazer é que tipo de ato ou conduta do empregador tem sido alegado nessas ações trabalhistas como causadoras de uma depressão ao trabalhador e usadas como fundamento para condenar o empregador a indenizar/reparar esse dano.

O que se pode observar em decisões recentes é que há muitas alegações, mas nem todas são reconhecidas pela Justiça, pois há casos em que, apesar de comprovada a depressão, esta não se relaciona com a atividade laboral, ou seja, não há o nexo causal entre a depressão e qualquer ato porventura praticado pelo empregador.

Alguns exemplos de alegações podem ser citados apenas para ilustrar, já que dependerão de provas em cada processo, como é o caso de situações em que há pressões excessivas, cobranças de metas impossíveis, perseguições exageradas dos seus empregadores ou dos próprios colegas de trabalho. Ou ainda, quando o empregador submete ou permite que o trabalhador seja submetido a situações ou condições vexatórias, durante o vínculo de emprego, causando-lhe prejuízos de ordem moral; quando o empregador não adota providências para prevenir assédios por parte de superiores hierárquicos no local de trabalho; quando o empregador ou seus prepostos praticam ameaças constantes de demissão, inclusive, com mensagens agressivas dos superiores hierárquicos, e o empregado se submete a esse tipo de situação por medo de perder o emprego.

Enfim, os relatos são de que o empregador ou seus prepostos praticam, ou permitem que sejam praticados, atos por seus superiores ou até colegas, que causam ao trabalhador transtornos, limitações, humilhações etc., gerando o quadro depressivo que incapacita o trabalhador para o exercício de suas atividades profissionais.

Pela análise de decisões recentes, para a Justiça do Trabalho não basta provar somente a existência da depressão, é preciso comprovar que a incapacidade laboral provocada por essa doença tem algum nexo de causalidade com as atividades desenvolvidas pelo empregador, por serem requisitos essenciais à atribuição de responsabilidade ao empregador - o próprio dano, o nexo de causalidade entre ele e a conduta do dito ofensor, além da culpa deste.

Isso está correto, pois, apesar de ser possível reconhecer a depressão decorrente do trabalho, seja qual for a alegação usada com fundamento, é preciso realmente cautela, para não atribuir ao empregador uma responsabilidade que pode não ser dele, ou seja, para não se impor ao empregador a obrigação de reparar um dano que ele não tenha causado.



Sede do Sindesp-PR

SINDICATOS FILIADOS À FENAVIST COMPLETAM 30 ANOS

Sindesp's do Rio de Janeiro e do Paraná chegam a três décadas de existência consolidadas na representação do segmento

Duas histórias muito parecidas e um objetivo em comum: representar o segmento de segurança privada com excelência. O Sindicato das Empresas de Segurança do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) nasceram associações há três décadas, se tornaram sindicatos, e hoje são parceiros de primeira hora da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Começaremos com a história do Sindesp-Rj, "mais velho" por poucos meses. Final de 1986, o País começava a sair das amarras do regime militar. A economia passava por um momento crítico. Esse cenário poderia ser visto como um obstáculo, mas não para um grupo de empresários do estado do Rio de Janeiro. Liderados por Cecil Borer, eles se uniram para formar a Associação Profissional das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, a associação se tornaria o Sindesp-RJ, uma entidade que ao longo dos anos assumiu papel de protagonista no segmento.

A criação do sindicato, naquele momento, serviu para agregar os empresários e fortalecer o segmento em assuntos que encontravam muitas



Cecil Borer, fundador do Sindesp-RJ, e Frederico Camara, presidente do Sindesp-RJ



Sede do Sindesp-RJ



Luiz Afonso Fregulia, presidente do Sindesp-PR

dificuldades, como as negociações salariais da época. “Foi de fato um momento muito crítico para o País. A inflação descontrolada não deixava planejar nada para o dia seguinte, pois ninguém sabia ao certo como seria. Por isso, a união dos empresários do segmento foi fundamental para atravessar aqueles tempos difíceis. Se hoje a luta das empresas para sobreviver não é fácil, imaginem há 30 anos num cenário econômico dos mais complicados”, lembra o presidente do Sindesp-RJ, Frederico Camara.

Passados os primeiros anos e dificuldades, o Sindicato das Empresas de Segurança do Rio de Janeiro, pouco a pouco, conquistou espaço e respeito. Hoje, graças a um trabalho sério e de excelência, atua e tem o reconhecimento das três esferas de poder, o que proporciona grandes conquistas para o segmento. O status foi alcançado graças ao empenho das empresas do estado, que atuam na defesa de vidas e patrimônios, além de contribuir de forma significativa com as áreas econômica e social do País, ao cumprirem as obrigações tributárias e gerarem empregos.

“Se olharmos pelo retrovisor, veremos que daquele longínquo ano de 1986 até hoje, muito já foi feito. Mas, temos a consciência de que ainda há muito a realizar, vários obstáculos a serem vencidos. É por isso que não vamos esmorecer em nossa caminhada rumo a um Sindesp-RJ cada vez mais forte para representar com competência as

empresas do setor de Segurança Privada do Estado do Rio de Janeiro”, afirma Frederico Camara.

O segundo aniversariante é o sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR). A entidade completou, no dia 16 de janeiro, 30 anos. Nessas três décadas, o sindicato se consolidou como uma grande defensora da atividade.

Inicialmente atuando como associação de empresas, o Sindesp-PR se estabeleceu como sindicato patronal em 16 de janeiro de 1987. Nos últimos 30 anos, tem atuado com excelência em todas as áreas prioritárias do setor.

Atualmente, o Sindesp-PR é presidido pelo empresário Luiz Afonso Fregulia, que mantém o grande trabalho iniciado nas gestões anteriores. Durante as três décadas, a entidade também foi comandada por José Lupo de Andrade, Luiz Fernando Cardozo, Jerfferson Simões, Ernani Luiz de Miranda, Jeferson Furlan Nazário e Sandro Maurício Smaniotto. O sucesso da entidade sempre se baseou na participação ativa das empresas associadas.

Tanto o Sindesp-RJ quanto o Sindesp-PR fazem parte da história da Fenavist. Ao lado da Federação, encabeçaram as principais batalhas enfrentadas pelo segmento nas últimas três décadas. Por isso, a Fenavist parabeniza os dois Sindicatos e agradece a parceria e o comprometimento com o setor de segurança privada.



CEBRASSE SE CONSOLIDA COMO UMA DAS PRINCIPAIS ENTIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS

Em pouco mais de uma década de trabalho, a Central Brasileira do Setor de Serviços ganhou destaque e o respeito de todos

O ano era 2004, uma associação para defender o setor de serviços nascia com o nome de Abrasse. Desde o início, o trabalho chamou a atenção. E, em 2007, a entidade deu um salto e passa a ser denominada Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse). Hoje, a Cebrasse congrega cerca de 80 entidades, que representam 30 segmentos de atividades.

O caminho para se estabelecer como uma das principais repre-

sentantes do setor de serviços passou sempre pela ideia de que, unidos, os segmentos do setor de serviços seriam mais fortes. E os números mostram que a estratégia está correta. Os associados da Cebrasse reúnem mais de 50 mil empresas, que empregam 10 milhões de trabalhadores formais. Setenta por cento do Produto Interno Bruto (PIB) vêm do setor de serviços.

Atualmente, a Central é presidida pelo empresário do segmen-

to de segurança privada João Diniz, que ficará à frente da entidade até 2019. Ao analisar a evolução da Cebrasse, ele destaca o aumento de representatividade. "A evolução foi muito grande, principalmente na esfera política. Nos últimos anos, a Cebrasse aumentou sua base de representação e assume seu papel de protagonista nas discussões e nas decisões de projetos legislativos importantíssimos como o da Terceirização, Mão de Obra

Temporária e Trabalho Intermitente”, comenta Diniz.

O presidente da Cebrasse também destaca o respeito adquirido perante os poderes Executivo e Judiciário. E faz questão de lembrar que muitas das conquistas foram feitas pelo antecessor Paulo Lofredda. “No âmbito do Judiciário, fomos reconhecidos como “amicus curiae” (amigo da corte), como legítimos representantes do setor de Serviços na mais alta corte, o Supremo Tribunal Federal, em questões importantes como o reconhecimento dos efeitos da Súmula 331 do TST, que trata da terceirização. Foram vários os trabalhos realizados ao longo dos anos sob a presidência de Paulo Loffreda, de quem fui vice-presidente financeiro”, explica.

Para o futuro, a Central Brasileira do Setor de Serviços tem como desafio unir o setor ainda mais, de modo que combata as consequências dos desmandos cometidos pelo Estado, principalmente em questões trabalhistas, financeiras e tributárias. “Com nossas forças agregadas, naturalmente criamos musculatura e conseguimos falar mais alto e ser ouvidos, aumentando as chances de sermos atendidos em nossas demandas”, afirma João Diniz.

Além disso, a Cebrasse também quer deixar mais eviden-

tes para a sociedade a força e a importância do setor. A Cebrasse também defende reformas estruturantes para que o setor de serviços volte a crescer. A entidade lembra que toda mudança é difícil, mas aposta que, quando forem implementadas, tudo ficará mais fácil.

A entidade também tem trabalhado para conseguir a carta de Central Sindical. “Trata-se do reconhecimento da Cebrasse como Central Patronal do Ministério do Trabalho, um registro oficial que nos dá o aval do governo, a chancela de que somos um guarda-chuva de entidades do nosso setor produtivo, sob o qual falamos, dando-nos tangibilidade e incrementando nossa representatividade. Estamos pleiteando esse reconhecimento e temos boas chances de conseguir. É uma mostra da organização e de união de um setor”, argumenta o presidente da Central.

Eventos de Grande expressão

A Central Brasileira do Setor de Serviços realiza dois grandes eventos por ano. O Fórum de Serviços reúne empresários de todo o País para discutir temas de destaque para o setor. Já o Prêmio Cebrasse, homenageia empresários e pessoas de destaque na prestação de serviços.

Ambos os eventos contam com uma grande participação, inclusive da classe política, e recebem atenção da imprensa.

PARCERIA COM A FENAVIST

Desde a criação da Cebrasse ainda como uma associação, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) reconheceu a importância da nova entidade. A Fenavist atua diretamente na Central, não só por meio de representantes da Federação que fazem parte da diretoria da Central, como também em parcerias, como conta João Diniz.

“Um exemplo de luta da Cebrasse muitíssimo afinada com a atividade de segurança privada é para não aumentar o PIS e a Cofins que o governo Federal quer fazer passar sob o disfarce de simplificação tributária, ideia proposta pelo secretário da Receita, Jorge Rachid, e propalada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles”, relata o presidente da Cebrasse.

Diniz aproveita ainda para elogiar a atuação da Fenavist na aprovação pela Câmara dos Deputados do Estatuto da Segurança Privada. “Afirmo que, se não fosse o trabalho do Jeferson Nazário, presidente da Fenavist, e do diretor jurídico e institucional da federação, Jacymar Dalcimini, esse marco regulatório não teria saído do papel. Reconhecendo a importância da Segurança Privada, sua força e pujança no contexto dos Serviços, a Cebrasse está cada vez mais próxima da Fenavist e se coloca à disposição da segurança privada para lutar em sua defesa, no que contamos com a presença e participação ativa de sua diretoria na composição do quadro diretivo da nossa Central.”



Abertura do VII Congresso Nacional dos Delegados da Polícia

ENCONTRO REGIONAL SUL REÚNE LIDERANÇAS DE TODO O PAÍS EM SANTA CATARINA

Promovido pelos sindicatos de Segurança Privada da Região Sul, com apoio da Fenavist, evento fez parte da programação do VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal

Nos dias 20 e 21 de março, Florianópolis-SC foi palco do Encontro Regional Sul. Promovido pelos Sindicatos das Empresas de Segurança Privada dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o evento reuniu lideranças do setor de todas as partes do País no Costão do Santinho. Durante o encontro estiveram em debate os rumos do setor.

O evento, que fez parte da programação do VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, foi aberto com a Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist. Por ser o anfitrião, o presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância e Segurança do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC), Dilmo Wanderley Berger, abriu a reunião destacando a importância do evento para a união do setor: "o Encontro Regional Sul fortalecerá a área de vigilância privada, nesses dois dias iremos debater os rumos do setor e apresentar ações como o lançamento da campanha contra a clandestinidade que evidenciará nossas demandas para todo o País".

O presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, comandou a reunião. A pauta de discussões teve início com avaliações sobre o andamento do PLS 135/10, que institui o Estatuto da Segurança Privada. O projeto, atualmente, está em regime de urgência na Comissão de Assuntos Sociais. Fundamental para o setor, o Estatuto, se aprovado no colegiado, passará à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) para ser posteriormente levado à votação em plenário.

Também se debateu a “minirreforma trabalhista” apresentada pelo presidente Michel Temer, em 2016. Os participantes da reunião analisaram os principais pontos da reforma e apresentaram contribuições para serem incluídas no debate com o Legislativo.

Seguindo a pauta, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná apresentaram o projeto da nova Campanha Contra a Clandestinidade que será fomentada em parceria pelos três estados na busca por maior fiscalização contra a vigilância exercida de maneira irregular. O mote da campanha será educativo, para mostrar à sociedade a maneira de contratar segurança legal e qualificada, não expondo assim o patrimônio privado a mãos não preparadas para exercer o ofício.

Ainda no dia 20 de março, o presidente da Fenavist participou da abertura oficial do VII Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, uma

das autoridades convidadas a compor a mesa.

O Encontro Regional Sul foi encerrado na terça-feira, 21 de março, com o ato de lançamento da Campanha Nacional contra a Clandestinidade e da Cartilha “Como Contratar Segurança Privada Legal e Qualificada”.

O delegado da Polícia Federal Jorge Luís Fayad Nazário introduziu o lançamento falando sobre os paradigmas existentes no setor da segurança privada, “no Brasil não existe punição a quem contrata segurança clandestina, por isso não existem instrumentos legais para punir”.

Em seguida, o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, mostrou aos presentes a Cartilha “Como Contratar Segurança Privada Legal e Qualificada” e fez o lançamento oficial da Campanha Nacional contra a Clandestinidade. “Essa campanha busca alertar a população para os riscos de contratar segurança clandestina e é complementada pela Cartilha, que orienta o modo como buscar empresas certificadas. Também estamos trabalhando pela atualização do Estatuto da Segurança Privada para auxiliar no combate à clandestinidade. Para se ter ideia, no Brasil para cada posto de trabalho formal na vigilância formal, temos 3 clandestinos trabalhando”, destacou Nazário.

O presidente do Sindesp-SC, Dilmo Berger, esteve presente no encerramento do evento e falou



Presidente da Fenavist apresenta a cartilha “Como Contratar Segurança Privada Legal e Qualificada”



Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist



Dilmo Berger, presidente do Sindesp-SC, e Jeferson Nazário, presidente da Fenavist

sobre a importância da realização do evento em Florianópolis, “o Encontro Regional Sul fortaleceu os três estados do Sul na luta contra a clandestinidade na área de vigilância privada. O lançamento da Cartilha e da campanha evidenciarão nossas demandas para todo o País”.

(Com informações da Assessoria de Imprensa do Sindesp-SC)

SINDESP-ES: HÁ QUASE TRÊS DÉCADAS DEFENDENDO OS INTERESSES DA SEGURANÇA PRIVADA

*Comandada desde 2010 por
Jacymar Daffini Dalcamini,
entidade tem crescido a cada dia*

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-ES) nasceu juridicamente com a denominação de Associação das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Espírito Santo, no dia 27/5/1985. No dia 12/8/1985 adquiriu personalidade jurídica e no dia 18/7/1989 a associação foi transformada em sindicato.

A principal demanda à época da criação do sindicato apontava para o sentido de unificar em nível nacional as leis e determinações que cercam o segmento. Naquele momento, muitas leis e portarias mudavam as condições de atuação, e a organização das empresas sob a estrutura sindical possibilitou efetivar uma legislação única sobre as atividades da segurança privada. O que antes era espaçado passou a ser condensado em um só ordenamento jurídico.



Jacymar Dalcamini, Presidente do Sindesp-ES.

A entidade tem como objetivo a representação legal da categoria econômica, buscando o entrelaçamento, a solidariedade e a congregação sindical entre as empresas de segurança privada, cursos de formação de vigilantes, pronto atendimento e monitoramento de segurança eletrônica.

O Sindicato é administrado por uma diretoria, eleita trienalmente, composta de cinco membros efetivos e três membros suplentes, com as funções de diretor-presidente, diretor-vice-presidente, diretor secretário, diretor tesoureiro e diretor técnico. O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes. Pautando-se pela observância das leis e pela ordem, pelos princípios da moral, dos bons costumes, da dignidade e da ética, com o exato cumprimento dos deveres civis e sociais.

O Sindesp-ES é filiado à Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e vem desenvolvendo importante papel no que diz respeito a esclarecimentos à opinião pública sobre os serviços de segurança privada prestados pela categoria econômica.

Desde 2010, a entidade é comandada por Jacymar Daffini Dalcamini. O empresário, que também é vice-presidente da Fenavist para Assuntos Jurídicos e Institucionais, tem desenvolvido um grande trabalho à frente do Sindesp-ES. Na entrevista abaixo, entre outras coisas, ele fala sobre o futuro do sindicato e da segurança privada no Brasil.

O que o senhor destacaria da sua gestão à frente do Sindesp-ES?

Desde que assumi o sindicato, priorizamos construir uma política de relação menos conflitante com os sindicatos laborais, de modo que acomodasse os interesses dos trabalhadores e do segmento, adotando sempre como ferramentas o bom-senso e o diálogo franco e honesto.

Herdamos um histórico de relacionamento difícil entre os sindicatos laboral e patronal, uma cultura equivocada que nutre um revanchismo de Patrão e Empregado, o que é um erro, pois somos interdependentes. Não há inimigos, pois na maior parte do tempo nossos interesses são convergentes. Por isso, é fundamental manter um relacionamento civilizado e responsável. Nosso negócio só é bem-sucedido se formos plenos em todo o processo de venda, entrega e recebimento.

A segurança privada tem um viés de complementação à segurança pública. Por isso, todos os atores precisam estar empenhados em uma relação de interesses recíprocos, responsável e, sobretudo, harmoniosa - começando pelos trabalhado-

res, passando pelas empresas do ramo e pelos tomadores dos serviços de segurança privada e se completando com a ação da segurança pública. É sobejamente sabido que a segurança privada atua de forma preventiva e se socorre da segurança pública, que toma as providências ostensivas de Estado que a ela competem.

Para que todo esse processo seja pleno e bem-sucedido é fundamental estabelecer entre empregados e empregadores uma relação mútua de respeito e responsabilidade, com compreensão das duas categorias, sepultando o revanchismo e consolidando a relação de respeito e responsabilidade.

Como o senhor enxerga o atual momento da segurança privada?

Vivemos inegavelmente um cenário de dificuldade pela recessão econômica. O segmento, em nível nacional, perdeu aproximadamente 15% de seus postos de trabalho e esse número varia entre uma unidade federativa e outra, ou seja, uns sofreram mais e outros menos, de acordo com a economia local. Portanto, é um momento que nos exige racionalidade nos custos, mão de obra mais bem qualificada e uma relação mais sólida e tolerante entre patrão e empregado.

Quais os objetivos do SINDESP-ES para os próximos anos?

Enquanto presidente do sindicato, levando em consideração que o mandato acaba ano que vem, espero concluir nossa gestão todos os projetos consolidados deixando o sindicato forte, unido e preparado para as próximas demandas. Mas como membro filiado e parceiro da entidade, o que não deixarei de ser, tenho convicção de que o objetivo prioritário é a retomada dos empregos e o crescimento do Brasil.



Como vice-presidente para Assuntos Jurídicos e Institucionais da Fenavist, o senhor tem realizado um grande trabalho em prol da aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Como o senhor espera que seja a tramitação no Senado?

Como esse projeto foi exaustivamente discutido na Comissão e no Plenário da Câmara dos Deputados, em decorrência da celeridade e do alto grau de experiência e maturidade dos senadores, esperamos que não demore a ser aprovado.

E qual é a importância da aprovação das mudanças na legislação propostas pelo Estatuto para o setor?

Esse estatuto é desejado há mais de 20 anos, pois precisamos ter instrumentos mais modernos para a atividade. A expectativa com a aprovação e vigência do nosso estatuto é que traga de volta postos de trabalho perdidos e crie outros mais a partir da expansão da atividade.

Poderia deixar uma mensagem para o segmento de segurança privada?

Eu aprendi durante minha passagem pelo sindicato e pela Federação que manter a unidade do setor é a maior missão, norte e responsabilidade de um gestor. E é algo que deve ser mantido e observado no dia a dia.

Hoje, no Sindesp-ES, temos 17 entidades filiadas e aproximadamente 25 atuando no mercado fora do sindicato, todas representadas por gestores de empresas com as mesmas características. Somos todas do segmento de segurança privada; temos empregados; somos fiscalizados pela Polícia Federal e mantemos um relacionamento com sindicatos de representação laboral. Portanto, é importante a participação de todos, do menor ao maior, para que tenhamos, ao final, decisões salutares para o setor.

A mentalidade de não agregar ao sindicato deixa parte relevante dos empresários fora dos acontecimentos e fragiliza a qualidade das decisões. E essa é uma situação que me deixa um pouco frustrado ao fazer um retrospecto de minha gestão: não ter um número maior de empresas participando ativamente do sindicato, pois há momentos em que sinto que preciso tomar decisões monocráticas que, por falta de diálogo e participação, nem sempre se mostram as mais acertadas.

Não podemos nos esquecer de que a atividade no comando de um sindicato é altruista, sem benefícios pessoais e sempre visando aos interesses coletivos. Se nós estivermos juntos, reunidos em um projeto de fortalecimento do setor, nossa casa trará base e teto fortes para cada um de seus irmãos. O máximo que um presidente e a diretoria de um sindicato esperam é o reconhecimento de que se andou no caminho certo.

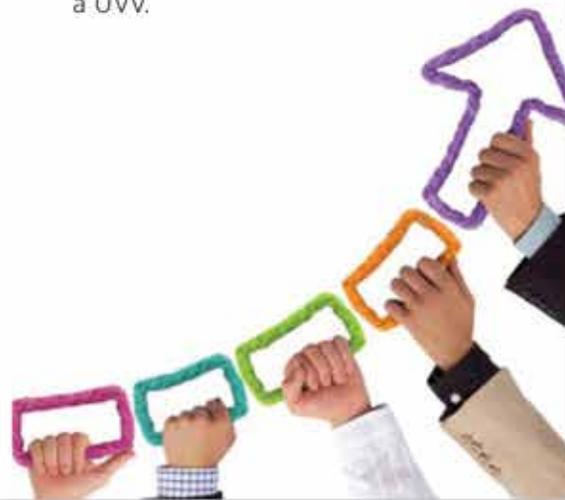
NOSSA MISSÃO

- Representar perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais de sua categoria econômica ou os interesses individuais dos seus associados.
- Colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a categoria.
- Representar a categoria econômica nos acordos coletivos, convenções coletivas ou dissídios coletivos.
- Celebrar contratos coletivos de trabalho.
- Cobrar contribuições de todos aqueles que participam da categoria econômica representada, nos termos da legislação vigente.
- Combater, na medida do possível, as empresas que não são autorizadas ou sem qualquer habilitação técnica e legal.
- Zelar pelo cumprimento da legislação que rege a atividade de segurança privada.



NOSSOS SERVIÇOS

- Assistência jurídica.
- Comissão de conciliação prévia.
- Negociações coletivas de trabalho.
- Conciliação e/ou defesa nos dissídios coletivos de trabalho.
- Treinamentos.
- Cartilha de convenções e escolta armada.
- Seguro de vida em grupo.
- Legislação da segurança privada.
- Cooperação técnica com a Polícia Federal.
- Indicadores econômicos e tabela de encargos sociais.
- Auditório.
- Convênio de cooperação técnica para capacitação e estágios com a UVV.





SEGURANÇA PRIVADA PERDE QUASE 60 MIL VAGAS DE TRABALHO EM DOIS ANOS

Somados os anos de 2015 e 2016, segmento teve saldo negativo de contratações de 57.887

Mais de doze milhões de brasileiros estão em busca de empregos. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apontam um recorde, resultado da recessão econômica vivida pelo País nos últimos anos.

A crise econômica criou um ciclo perverso nos últimos anos. Sem dinheiro, as pessoas não consomem. Sem a procura por produtos e serviços, empresas param de produzir. Por consequência, demitem. Em alguns casos, são obrigadas até a fecharem as portas. Sem emprego, se volta ao início do ciclo, não há dinheiro.

Infelizmente, o segmento de segurança não é uma exceção. "A receita caiu por conta da crise

econômica. Em 2015 e 2016, as instituições financeiras, indústrias e o setor público, que são os clientes que sustentam o faturamento do setor de segurança privada, passaram por dificuldades. Contratos foram renegociados e também pagamentos sofreram atrasos. Isso tem gerado muitos prejuízos para as empresas que representamos”, explica Jeferson Nazário, presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

E o prejuízo pode ser quantificado. Dados do Departamento de Estatística da Fenavist, baseados em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, apontam que, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016, foram fechadas quase 60 mil vagas (57.887) de trabalho no setor. Se comparado ao número total de trabalhadores no setor registrado pelo Caged no início de 2015, que era de 665.083, temos uma perda de 8,7%.

A tendência de saldo negativo entre a diferença no número de contratações e demissões ganhou corpo ainda em 2015. No final daquele ano, 26.495 vagas foram fechadas. Ao longo de 2016, a situação ficou ainda pior. Nada menos do que 31.392 vagas deixaram de existir. Esses dados ligam o alerta do segmento de segurança privada.

“As questões econômicas se juntaram a uma paralisia do Congresso Nacional. Até o final do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, nada foi votado. Reformas que seriam necessárias para a retomada do crescimento ficaram apenas no papel. Assim, mesmo com todo esforço dos empresários, não foi possível evitar o aumento do desemprego”, argumenta Nazário.

Ele explica ainda que, apesar de o novo governo ter apresentado as propostas de reforma da previdência e das leis trabalhistas, duas das principais mudanças necessárias para a retomada do crescimento da economia, os empresários de segurança privada precisam ter cautela.

“O próprio Banco Central, ao anunciar o corte na taxa básica de juros no início deste ano, alertou que a atividade econômica está aquém do esperado e que a retomada da atividade econômica deve ser ainda mais demorada e gradual que a antecipada previamente. Ou seja, o ano ainda será de muitas dificuldades. Precisamos ter cautela para não piorar a situação”, afirma Nazário.

Dados Assustadores

Das 27 unidades da federação, 22 apresentaram saldo negativo de contratações nos anos de 2015 e 2016. Destas, em 10, a perda foi superior a duas mil vagas. O estado economicamente mais importante do País, São Paulo, lidera com um saldo negativo de 19.092. Fecham a lista dos cinco primeiros colocados o Rio de Janeiro (- 6.037), a Bahia (-5.728), Santa Catarina (-3.136) e o Espírito Santo (-2.942).

Pernambuco (-2.726), Maranhão (-2.620), Paraná (-2.308), Ceará (-2.181) e Pará (-2.156) também perderam mais de duas mil vagas no período.

Em apenas cinco estados o número de contratações na segurança privada foi positivo. No entanto, os resultados não devem ser enxergados como uma grande conquista. Em nenhum dos casos a diferença entre os admitidos e os demitidos chegou a 700.

Com um saldo de 663 contratações, Rondônia foi o estado com o melhor desempenho. Depois aparecem o Piauí (543), o Rio Grande do Norte (395), Sergipe (189) e Mato Grosso (157).

O consultor econômico da Fenavist, Vilson Trevisan, se mostra pessimista em relação a uma retomada imediata do ritmo de contratações, ainda mais se comparado aos números praticados entre 2010 e 2012. Em 2011, por exemplo, o saldo positivo foi de quase 49 mil vagas (48.901).

“Com certeza, mesmo a economia voltando aos patamares de crescimento, o que foi perdido não

“ É o que temos afirmado há anos, a segurança privada cresce à medida que a economia cresce, e o declínio atual da economia está aí para provar isso. O PIB caiu, e as contratações também! ”

voltará. Apenas novos empreendimentos que possam exigir a segurança permitirão a volta do crescimento”, afirma o economista.

Ele lembra ainda que, antes mesmo dos efeitos da crise econômica, em 2013 e 2014, os números já demonstravam uma queda significativa em relação aos anos anteriores. Motivo: a Lei nº 12.740/2012, que ampliou a obrigação do pagamento de adicional por periculosidade. “Após a Lei, os crescimentos foram bem mais modestos, 14.088, em 2013. Já em 2014, o crescimento alcançou 16.186”, analisa Trevisan.

E os primeiros números de 2017 não são nada animadores. O responsável pelo Departamento de Estatística da Fenavist, José Reinaldo, conta que os dados do CAGED apontam saldo negativo de 3.419 em janeiro. “Diante do cenário apresentado em 2015 e 2016, e agora em janeiro, é concreto que a crise econômica continuará afetando a segurança privada ao longo deste ano. A espec-

tativa, infelizmente, permanece sendo a de saldo negativo nas contratações”, afirma o analista.

O estatístico recorda que erroneamente o crescimento da segurança privada é associado ao crescimento da violência, mas que o cenário atual prova que essa associação é equivocada, já que há uma alta visível nos índices de criminalidade, enquanto postos de trabalho são fechados. De 2013 a 2016 o PIB tem caído consideravelmente, o mesmo acontece com o saldo nas contratações do setor. Para se ter uma ideia, o Mapa da Violência no Brasil, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de Estudos sobre a Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 1980, houve 6.104 homicídios por armas de fogo no Brasil. Em 2014, registraram-se 42.291 mortes, um aumento de 592,8%.

“É o que temos afirmado há anos, a segurança privada cresce à medida que a economia cresce, e o

Saldo de Contratações por UF - 2015/2016

Acre	Alagoas	Amapá	Amazonas	Bahia
-419	-1.099	-946	-1.818	-5.728
Ceará	Distrito Federal	Espírito Santo	Goiás	Maranhão
-2.181	-907	-2.942	-720	-2.620
Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Minas Gerais	Para	Paraíba
157	-336	-1.950	-2.156	-575
Paraná	Pernambuco	Piauí	Rio de Janeiro	Rio Grande do Norte
-2.308	-2.726	543	-6.037	295
Rio Grande do Sul	Rondônia	Roraima	Santa Catarina	São Paulo
-1.838	663	-149	-3.136	-19.092
Sergipe	Tocantins			
189	-51			

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist - DEF

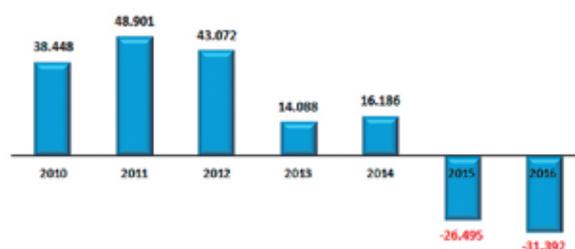
declínio atual da economia está aí para provar isso. O PIB caiu, e as contratações também!”, conclui.

Diante desse cenário, um dos principais objetivos do segmento de segurança privada em 2017 é frear a tendência de encolhimento do setor. “Não queremos de forma alguma que esse cenário continue a se repetir. Por isso, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada é tão importante. Além de modernizar a legislação e estabelecer uma fiscalização mais rígida, ele também cria novos nichos de mercado. Essas novas possibilidades são imprescindíveis para melhorar as condições das empresas, já que os próximos dois anos ainda devem ser bem difíceis para a economia brasileira”, explica o presidente da Fenavist.

Para alcançar esse objetivo, a Federação intensificará o trabalho no Congresso Nacional em busca

da aprovação definitiva do Estatuto da Segurança Privada pelo Senado. A Fenavist também não medirá esforços para diminuir o impacto que a aprovação da Reforma do PIS/Cofins trará ao setor.

Além disso, a entidade dará continuidade a parceria com os representantes dos trabalhadores, no sentido de apresentar claramente as dificuldades, para que as convenções coletivas sejam benéficas as duas partes e que assegurem os empregos. “Sabemos da nossa responsabilidade frente às famílias de cerca de 600 mil pessoas que trabalham em nossas empresas. Queremos evitar demissões em massa, buscando acordos que garantam a sustentabilidade do negócio e, desta forma, dos empregos que o setor gera. O momento econômico pede cautela de todos os envolvidos: empresários, parceiros, funcionários e sindicatos”, afirma o presidente da Fenavist.



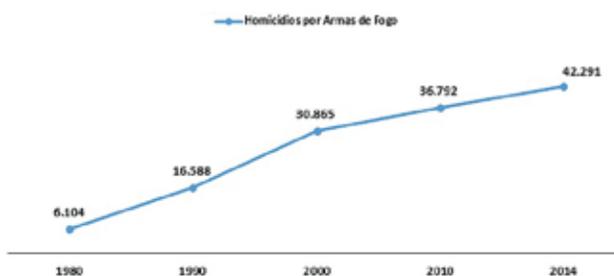
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist - DEF

Evolução do Saldo de Trabalhadores x Produto Interno Bruto (PIB): De 2013 a 2016



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist - DEF

Evolução Homicídios por Armas de Fogo no Brasil (1980 a 2014)



Fonte: Processamento Mapa de Violência 2016



OS RISCOS DA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA

Em tempo de dificuldades econômicas, o conhecido fenômeno da contratação informal de serviços vem se tornando cada vez mais usual no âmbito de áreas antes abrangidas por empresas regulares. A constante busca por economia imediata pode ser avistada com maior frequência, quando o assunto é proteção patrimonial: vigias de quadra, apitadores, guardas de rua, enfim, as mais diversas denominações para o mesmo fato se mostram presentes nas ruas das grandes cidades do País. Pessoas sem treinamento especializado autodenominam-se prestadores de serviço, com o objetivo de oferecer “segurança” a um ou a diversos contratantes, algo que em muitas situações pode abrigar muito mais do que mera relação civil de prestação de serviços.

São recorrentes as decisões judiciais que reconhecem o vínculo entre prestadores de serviço e seus contratantes sempre que presentes os requisitos da relação empregatícia, quais sejam, subordinação, não eventualidade, pessoalidade e onerosidade, na forma do artigo 3º da CLT, conceitos que, diante da modernização dessas relações interpessoais, passam a ser flexibilizados para maior alcance dos dispositivos legais.

Nesse sentido, o item 4.b da recomendação nº 198 da OIT aponta: “combater as relações de trabalho disfarçadas no contexto de, por exemplo, outras relações que possam incluir o uso de outras formas de acordos contratuais que escondam o verdadeiro status legal, notando que uma relação de trabalho disfarçado ocorre quando o empregador trata

um indivíduo diferentemente de como trataria um empregado de modo que esconda o verdadeiro status legal dele ou dela como empregado, e essas situações podem surgir quando acordos contratuais possuem o efeito de privar trabalhadores de sua devida proteção”¹. Em que pese a ausência de força normativa desse dispositivo, ele tem a utilidade de nortear a aplicação prática das regras trabalhistas.

Esse reconhecimento gera efeitos patrimoniais indesejáveis, tais como indenizações por acidentes de trabalho e demais verbas trabalhistas, tornando esse risco um contraponto aos que almejam economizar por meio da informalidade. E na ocorrência de condenação, respondem todos os contratantes de forma solidária pelo passivo, em montante correspondente a sua parcela:

“EMENTA: VIGIA NOTURNO DE RUA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO - É trabalho subordinado, pressuposto essencial da relação de emprego, aquele prestado em favor de outrem que, arcando com o salário ajustado, dispõe da força laboral contratada e pode utilizá-la em seu empreendimento próprio, cujos riscos assume. É empregador, portanto, a empresa que contrata e remunera diretamente vigia noturno, para proteção de seu patrimônio, ainda que feita de postos de vigilância situados

¹ OIT. 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312535:NO>> Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

em suas imediações e simultaneamente prestada a outros vizinhos. Os pressupostos da relação de emprego, no caso, estão estabelecidos diretamente com o empreendimento em proveito do qual a vigilância foi feita; ou seja, no caso, ou com a reclamada ou com o condomínio informal dos moradores contratantes, considerando que, de qualquer forma, aquela responde por sua cota de dívida no que diz respeito ao aproveitamento dos serviços, conforme art. 1.317 do CC de 2002².

Ainda há outra questão agravante, recentemente discutida no TRT da 17ª Região. No caso, o reclamante prestou serviços a diversos contratantes, porém a ação foi movida somente contra um, que foi compelido a responder por todo o passivo trabalhista, posteriormente tendo o direito de buscar a recomposição da cota parte dos demais empregadores que compuseram o grupo:

“RELAÇÃO DE EMPREGO. VIGIA DE QUADRA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PROL DE UM GRUPO DE PESSOAS. AÇÃO DIRIGIDA CONTRA UMA DELAS. POSSIBILIDADE. SOLIDARIEDADE PASSIVA. A prestação de serviços em favor de um grupo de pessoas autoriza o empregado a ajuizar ação contra qualquer uma delas, porque a situação se equipara à de condomínio, ainda que de fato. Por isso, aplica-se o disposto no art. 626 c/c art. 904, ambos do Código Civil³”.

E se a possibilidade de vinculação empregatícia não for suficiente para desencorajar a contratação informal, cabe lembrar, ainda, que no âmbito da responsabilidade em face de terceiros, “são também responsáveis pela reparação civil: III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele” (art. 932, II do Código Civil), questão que, em última análise, pode caber a uma ou a mais pessoas o dever de indenizar

por eventuais danos causados pelo empregado informal. Ainda sobre o tema, a súmula 341 do STF diz ser presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado, o que atrairia aos contratantes o dever de comprovar a ausência de responsabilidade no caso concreto. No mesmo sentido, a jurisprudência do STJ:

“CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ATO DE PREPOSTO (ART. 932, III, CC). TEORIA DA APARÊNCIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES. 1. Nos termos em que descrita no acórdão recorrido a dinâmica dos fatos, tem-se que o autor do evento danoso atuou na qualidade de vigia do local e, ainda que em gozo de licença médica e desobedecendo aos procedimentos da ré, praticou o ato negligente na proteção do estabelecimento. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o empregador responde objetivamente pelos atos ilícitos de seus empregados e prepostos praticados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele (arts. 932, III, e 933 do Código Civil). Precedentes. 3. Recurso especial provido⁴”.

Indubitavelmente a melhor alternativa continua sendo a busca por empresas especializadas no ramo, em que o investimento em qualificação de seus profissionais e o respeito às normas legais garantirão ao interessado a verdadeira sensação de segurança, tanto no aspecto patrimonial quanto jurídico.

Lucas Nazário Sabbag

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário Curitiba. Atualmente é advogado associado ao tradicional escritório de advocacia Lemke & Prosdócimo, situado em Curitiba.

2 TRT 3ª Região, RO 00701-2012-067-03-00-2.

3 TRT 17ª Região, RO 00028.2002.171.17.00.0.

4 STJ, REsp 1365339/SP.



Foto: Pedro França/Agência Senado

Após ser aprovado na Câmara dos Deputados, Estatuto da Segurança privada é analisado pelo Senado

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA JÁ TRAMITA NO SENADO

Aprovado no final do ano passado na Câmara dos Deputados, texto que moderniza a legislação do setor será apreciado pelo Senado Federal

O ano de 2017 começou com muita expectativa para o segmento de segurança privada. Após muitos anos de debate, o Estatuto da Segurança Privada entra na reta final de aprovação. O Projeto de Lei 4.238/12, que teve a tramitação concluída na Câmara dos Deputados em novembro do ano passado, passará agora à fase de apreciação pelo Senado Federal.

“No Senado, o Substitutivo ao PLS 135/10, aprovado na Câmara, deverá ter uma tramitação bastante célere, pois será apreciado por apenas duas Comissões de Mérito, antes de ser votado pelo Plenário”, afirma a assessora parlamentar da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Cléria Santos.

A primeira Comissão é a de Assuntos Sociais (CAS). No colegiado, a expectativa é pela apresentação do parecer do relator, o senador Vicentinho Alves (PR/TO).

Depois da aprovação na CAS, o Estatuto da Segurança Privada seguirá para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, do Plenário do Senado. Aprovado, o Projeto seguirá imediatamente para sanção presidencial.

“A expectativa é que, ainda, no primeiro semestre deste ano, a nova lei seja sancionada pelo presidente da República”, explica a assessora parlamentar da Fenavist.

O novo Estatuto da Segurança Privada, amplamente debatido na Câmara dos Deputados, apresenta grandes avanços para o setor da segurança privada, que, nos últimos anos, vem sendo regulado pela Lei nº 7.102/83, carente de atualização e de modernização.

“Um dos pontos mais importantes da nova lei, sem dúvida, será a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, o que for negociado em acor-

dos e convenções coletivas de trabalho prevalecerá sobre a legislação vigente”, destaca Cléria Santos.

Outra medida que trará economia processual na Justiça do Trabalho é a normatização da jornada de trabalho de 12 X 36 horas, regulamentada no projeto de lei.

O Estatuto também criminaliza a prestação de serviço de segurança privada sem autorização de funcionamento pela Polícia Federal.

As penas para os crimes cometidos contra carros-fortes, empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores e vigilantes privados foram aumentadas.

“Todas essas medidas são aguardadas pelo setor da segurança privada e, com certeza, vão trazer mais segurança jurídica, proporcionando um crescimento do setor da segurança privada e a geração de novos empregos”, conclui a assessora parlamentar.

SAIBA MAIS

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

O substitutivo amplia o leque de atividades do setor, com possibilidade de integração de novas atividades, desde que seja acordado em conveniência com todas as instituições da área. De acordo com o Estatuto da Segurança Privada, são serviços de segurança privada e vigilância patrimonial:

- segurança de eventos em espaços de uso comum;
- segurança nos transportes coletivos, exceto aviação;
- segurança em unidades de conservação;
- monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento;
- controle de acesso em portos e aeroportos;
- transporte de valores;
- escolta de transporte de bens;
- segurança do perímetro de muralhas e nas guaritas de presídios.

DEFINIÇÕES

(DESTAQUES DO PROJETO ENTRE 74 ARTIGOS)

- Os processos licitatórios terão caráter mais racional, com exigências rigorosas quanto ao cumprimento de contratos em acordo com função social e obrigações trabalhistas, sociais e tributárias;
- Adoção de critérios mais rígidos para novas empresas ingressarem no segmento de modo que afaste preços predatórios;
- Piso salarial e jornada 12X36 serão regidos por acordos entre empregadores e trabalhadores. A convenção coletiva passa a ter força de lei;
- Serviço de segurança privada sem autorização de funcionamento pela Polícia Federal se torna crime sujeito a pena de um a três anos de prisão, além de multa;
- Proibição da prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma;
- Aumento de pena para crimes de roubo, furto, dano a carros-fortes, a empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores e em casos de crimes cometidos contra vigilantes privados;
- Criação do Conselho Nacional da Segurança Privada, com representação de trabalhadores, empresários e do Ministério da Justiça;
- Estabelecimento de idade mínima de 21 anos e ensino fundamental completo como critérios para exercer a função de vigilante.



COM GESTO SIMPLES, MASTER SECURITY SERVIÇOS SE TORNA IMPORTANTE NA VIDA DE CRIANÇAS CARENTES EM SÃO PAULO

Há nove anos, empresa é parceira da creche Cantinho Feliz. Entidade atende a moradores das favelas de Mauro 1 e 2 na capital paulista

A falta de estrutura nas comunidades carentes do Brasil não é novidade para ninguém. Muitas vezes os serviços oferecidos pela administração pública são insuficientes. A ajuda da população se torna imprescindível. Esse era, justamente, o cenário da creche Cantinho Feliz em 2008, ano em que a Master Security deu início a uma parceria de sucesso.

Um dos responsáveis pelo início da ação social foi o diretor administrativo-financeiro da empresa, Amauri Soares. "Um amigo de Faculdade me disse que ajudava uma instituição de crianças carentes e que era necessário que outras pessoas também o fizessem, pois os recursos eram poucos e estava tendo um aumento na procura de novas crianças pela creche, e como eu e a empresa sempre tivemos a intenção de realizar

esse trabalho voluntário, fui conhecer a creche. Identifiquei-me com o trabalho realizado. E, assim, desde 2008, enviamos mensalmente cestas básicas para ajudar no sustento das crianças", conta Amauri.

A creche Cantinho Feliz atende às favelas de Mauro 1 e Mauro 2, localizadas na cidade de São Paulo. A instituição cuida de crianças até 4 anos, filhos de moradoras da comunidade, que trabalham fora e, muitas vezes, são responsáveis por grande parte da renda da família.

Desde que a Master decidiu ajudar a creche, já se vão nove anos. Nesse período, a ajuda tem sido fundamental para as famílias que utilizam a instituição. "A Master Security envia mensalmente 10 cestas básicas, considerando que cada cesta

é suficiente para o sustento de uma família com quatro pessoas”, conta o diretor administrativo-financeiro.

São beneficiadas 40 pessoas diretamente pela ação da empresa, ajuda fundamental para quem vive em uma comunidade carente.

Contagiado pelo espírito de ajudar o próximo, além da doação feita pela Master, Amauri também contribui individualmente. Todo ano, em março, mês de seu aniversário, ele se dá um grande “presente”.

“Anualmente no mês de meu aniversário, envio cerca de 400 fraldas descartáveis à Instituição, como forma de retribuir a bênção de Deus por mais uma ano de vida e com Saúde.”



MASTER SECURITY SERVIÇOS

A empresa

Com foco em segurança patrimonial, o Grupo Master Security está no mercado há mais de 20 anos. A empresa conta com sede e departamento de treinamento próprios, além de um quadro de 1.600 colaboradores.

Missão

Trabalhar com seriedade e competência para proteger o patrimônio físico e humano de nossos clientes para continuarmos a ser referência nesse setor.

PARTICIPE TAMBÉM DA REVISTA FENAVIST

Sua empresa também desenvolve ou participa de projetos e ações sociais? Que tal contar sua história na revista Fenavist e servir de inspiração para outras empresas e pessoas?

Entre em contato com o Departamento de Comunicação da Fenavist pelo e-mail ascom@fenavist.org.br

Boas histórias merecem ser contadas!



FLEXIBILIZAR PARA GARANTIR TRABALHO

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 até agora, sofreu diversas alterações (1946 – 866 alterações, 1967 – 526, 1977 – 233, 1969 – 188 e 1976 – 135); de qualquer forma, de modernidade...poucas mudanças, o que será possível com a aprovação do PL nº 6.787/2016, que moderniza a CLT e a Lei de Trabalho Temporário, principalmente neste momento em que a OIT prevê mais de 13 milhões de desempregados até o fim de 2017. Como pontos principais desta proposta, temos: a) o fortalecimento das negociações entre empregador e empregado em normas coletivas (CCT e ACT) para que tenham mais “força”, sem risco de questionamento individual na justiça do trabalho, incluindo a ultratividade da norma coletiva (as regras continuam valendo no intervalo entre o término do prazo e a assinatura de novo instrumento); b) a flexibilização da jornada de trabalho, do salário e outros benefícios; c) a divisão das férias em até três períodos de descanso; c) a readequação da jornada de trabalho para uma carga superior às atuais 8 horas diárias (máximo de 12h), mantendo-se o total de 220 horas mensais; d) a redução do intervalo entre jornada para 30 minutos; e) a legalização do trabalho “remoto” (“home-office”); f) a implantação de outras formas de controle do cumprimento da jornada de trabalho; g) a alteração dos atuais 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias para os contratos temporários de trabalho, entre outras propostas. É importante destacar que direitos serão mantidos fora da margem de negociação, como a assinatura da CTPS (inclusive o PL prevê aumento da multa aplicada pelos órgãos de fiscalização quando da constatação de empregado contratado sem registro), FGTS, 13º salário, aviso prévio e normas da medicina, segurança e saúde do trabalhador.

Importante é que os empregados entendam que é necessário ajustar a legislação à realidade econômica e social que enfrentamos hoje e garantir o direito ao trabalho, enfim: flexibilizar para garantir trabalho.

Adriano de Andrade Marrocos – CRCDF 8.867

Contador da Fenavist e presidente do CRC/DF.

SEGURANÇA INTELIGENTE

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro *Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*, de Helder Rogério Sant'Ana Ferreira e Elaine Coutinho Marcial. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), conforme seu último processo de planejamento estratégico, tem a missão de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado em suas decisões estratégicas. Na área de segurança pública, o Ipea já conta com uma ampla produção, e os técnicos da Coordenação de Estudos e Políticas do Estado e das Instituições têm procurado assessorar o Ministério da Justiça (MJ) nessa política e disseminar conhecimentos para a sociedade brasileira. O projeto A Segurança Pública no Brasil em 2023: uma visão prospectiva, que deu origem a esse livro, teve como objetivo contribuir, por meio da construção e da análise de cenários prospectivos, com o planejamento do governo federal

na área de segurança pública. Esse livro amplia a produção do Ipea, já consolidada na área de diagnóstico e acompanhamento da política, para o campo do planejamento prospectivo. Nesse sentido, o trabalho é inovador na Casa, por abranger a elaboração de cenários exploratórios que permitem, ao analisarem o passado e o presente com um método apropriado, a construção de imagens a respeito do futuro que contribuem na formulação de melhores estratégias para a ação do Estado. "Esse livro é a síntese de um estudo que envolveu mais de uma centena de profissionais, apresenta cenários exploratórios factíveis e sugestões para o aprimoramento e construção de uma política de segurança pública eficaz. Para os profissionais de segurança privada, vislumbrar o futuro da segurança pública é essencial para o desenvolvimento do seu trabalho e orientação de seus clientes." O IPEA disponibilizou para download esse estudo de mais de 160 páginas. Saiba mais, acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br



MAIS QUE VALORES... CONQUISTAS!

UMA DAS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS EM
**TRANSPORTE DE VALORES E
SEGURANÇA PATRIMONIAL**

CERTIFICADO ISO 9001
MARCA TRADICIONAL EM
QUALIDADE, SEGURANÇA E CONFIANÇA.



VIGILÂNCIA PATRIMONIAL



TRANSPORTE DE VALORES



SEGURANÇA ELETRÔNICA



- VIGILÂNCIA PATRIMONIAL;
- SEGURANÇA PESSOAL;
- ESCOLTA ARMADA;
- RONDAS PERIMETRAIS;
- MONITORAMENTO
- PORTARIA E RECEPÇÃO;
- CONTROLE DE ACESSO;
- PROJETOS DE SEGURANÇA;
- SISTEMAS ELETRÔNICOS;
- TRANSPORTE DE VALORES;
- PROCESSAMENTO DE NUMERÁRIO;
- CUSTÓDIA DE VALORES;
- TESOURARIA;
- COFRE INTELIGENTE

Fenavist discute Segurança Privada na TV Justiça

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou da gravação do Programa Fórum, da TV Justiça, no dia 13/03. O Consultor da Fenavist, Vagner Jorge, discutiu com o advogado Rander Gomes de Deus aspectos como a formação do vigilante, a legislação, os limites de atuação das empresas entre outros temas pertinentes à atividade.

O programa com a participação da Fenavist deve ir ao ar no dia 24 de abril.

O Programa Fórum promove debates sobre os mais variados assuntos da Justiça, com a participação de especialistas do Direito e de outras áreas de atuação.



Fenavist disponibiliza valores dos Encargos Sociais de 2017

Já estão disponíveis no site da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) a estimativa do percentual consumido pelos encargos sociais na atividade. O estudo técnico é dividido por estado e pelo número de horas do posto e trabalho (44 horas semanais e 12hX36h).

Os percentuais foram calculados com base em dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e levando em conta as diferenças nas condições de trabalho das unidades da federação, como permanência na empresa, rotatividade e condição de absorção do mercado. Em nenhum estado, assim como no no Distrito Federal, o valor ficou abaixo de 80%.

Para ter acesso aos dados, acesse: <http://www.fenavist.org.br/estatisticas/encargos-sociais>

Fenavist apresenta novo produto do Fenegócios para associados do Sesvesp

Durante a 24ª Plenária do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), realizada no dia 21 de fevereiro, a gestora do projeto Fenegócios, Hivelle Brandão, apresentou o novo produto que a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) passou a oferecer em parceria com a VR Benefícios.

A novidade foi apresentada para mais de 70 representantes de empresas filiadadas ao Sesvesp. Hivelle Brandão destacou que o objetivo da Federação, por meio do Fenegócios, é buscar produtos e serviços de interesse do segmento de segurança privada e transporte de valores. Explicou também o cuidadoso processo de seleção e escolha da empresa parceira, de modo que garanta a segurança e a eficiência na prestação do serviço.

Além disso, a gestora do Fenegócios ressaltou a importância da adesão dos empresários ao projeto, uma vez que isso gera benefícios e fortalece o segmento, incluindo empresas, trabalhadores e sindicatos.

Para saber mais sobre o Fenegócios, acesse: <http://www.fenavist.org.br/negocios>



Presidente da Fenavist prestigia posse do novo ministro da Justiça

No dia 7 de março, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Furlan Nazário, esteve presente na cerimônia de posse do novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio. Nazário fez questão de prestigiar o novo integrante do governo, a quem conhece há muito tempo. O convívio vem desde o Paraná, estado do presidente da Fenavist e representado por Serraglio na Câmara dos Deputados.

Enquanto deputado, Osmar Serraglio sempre esteve disposto a ouvir os pleitos do segmento de segurança privada.

Além do presidente da Federação, também compareceram à cerimônia o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Jurídicos e Institucionais, Jacymar Dalcamini, e o vice-presidente para Assuntos de Representação Classista Institucional, Jerfferson Simões. Outra a prestigiar o novo ministro foi a assessora parlamentar da entidade, Cléria Santos.



Sesvesp discute convênio inédito com secretário municipal de Segurança

Representantes do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) e da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis) se reuniram com a Secretaria de Segurança Pública da cidade de São Paulo para discutirem a proposta de um projeto de parceria e do convênio de apoio e prevenção. A medida faz parte de um projeto especial da secretaria apoiado, integralmente, pelo prefeito da capital paulista, João Dória, e pelo secretário coronel José Roberto R. Oliveira, um especialista nesse tipo de programa na área de políticas públicas.

Baseado em sistemas de integração existentes em países de primeiro mundo, a segurança privada apoiará um projeto especial de prevenção promovido pela Secretaria, a qual colocará à disposição de forma integrada mais de 100 mil vigilantes e 200 empresas associadas ao SESVESP e que farão parte desse projeto audacioso de segurança cidadã.

Essa iniciativa do SESVESP e da Abrevis recebeu várias sugestões do secretário e do chefe de gabinete dele. "O prefeito João Dória está de parabéns em apoiar um projeto audacioso", afirma Angelo Birgolin, assessor jurídico do SESVESP. Além dele, as entidades foram representadas na reunião pelo diretor-executivo do Sindicato, Ronaldo Pena.

Nas próximas semanas, uma equipe de especialistas irá trabalhar na conclusão do projeto, que deve ser lançado o mais brevemente possível. O presidente do SESVESP, João Eliezer Palhuca, considera esse projeto um avanço institucional, além de refletir o compromisso da segurança privada com as políticas públicas municipais e a sensibilidade do chefe do Executivo diante dos problemas da cidade.

Resultado da negociação da CCT de Escolta Armada 2017 (até 31/12/2017) e as perspectivas do mercado.

Semeesp fecha convenção coletiva de 2017

Após três rodadas de negociações em dezembro de 2016, o Sindicato das Empresas de Escolta de São Paulo (Semeesp) fechou a Convenção Coletiva válida até 31 de dezembro de 2017. Mesmo diante de um quadro que não anima muitos empresários e trabalhadores, a negociação ocorreu como sempre de forma respeitosa e cordial dos representantes dos sindicatos laboral e patronal. O piso passa a ser de R\$ 1.623,37 (reajuste de 7,50%).

“A esperança que ainda continua viva em empresários e trabalhadores é que a queda de juros e ações na economia e reformas que tanto o Brasil precisa possam ocorrer de modo que aqueçam

novamente o mercado de Escolta Armada não só em São Paulo mas no Brasil, adquirindo novamente a confiabilidade em novos investidores”, afirma o presidente do Semeesp, Altair Iuga, ao comentar a nova convenção coletiva.

Ele lembra ainda as dificuldades enfrentadas pela atividade nos últimos anos. “Várias empresas do segmento de Escolta Armada deixaram de existir e algumas de atuar na função, tudo devido a uma situação que não fora causada nem pelos empresários nem pelos trabalhadores, mas colhemos o fruto de tudo isso e pagamos a conta com suor e sangue.”

Sindesp-DF tem novo superintendente

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal (Sindesp-DF) tem um novo diretor-superintendente. Mário Lúcio Souto Lacerda, profissional com experiência no terceiro setor e sindicatos, substitui Isabel Maria Carrilho Donas, que trabalhou no Sindesp-DF por 23 anos.

O Sindicato também contratou um gerente administrativo, Fellipe Rodrigues Andrade, que já prestou serviços para a entidade. Completam a equipe de profissionais capacitados para encaminhar e resolver as demandas dos associados uma secretária recepcionista, Maria Ivaneide de Oliveira Araújo; um motorista, Paulo César Araújo de Sousa; e uma assistente financeira, Emmanuelle de Oliveira Souza.



Por fim, cabe lembrar que a sede do Sindesp-DF passa por pequenas reformas, visando à modernização e à eficiência, tudo no propósito de oferecer um ambiente confortável e funcional para os associados.

Representantes do **Sindesp-SC** e do **Seac-SC** participarão do Missão Suécia no mês de maio

A Missão Suécia é um desdobramento do Conexão Suécia, realizado em novembro de 2016 com a participação de três palestrantes do país nórdico. Dentre os temas abordados, destacam-se as experiências e práticas que impulsionaram de forma significativa o crescimento sueco, país de destaque em desenvolvimento humano, qualidade de vida, ensino, saúde, ciência e tecnologia.

Vivenciar na prática o que foi debatido em Santa Catarina é o principal objetivo da comitiva integrada por profissionais catarinenses. Haverá atividades, cursos e visitas técnicas em quatro cidades diferentes, tendo como foco o modelo de trabalho sueco em diferentes áreas do conhecimento, oportunidade em que os participantes conhecerão práticas de sucesso, como a usina de reciclagem de Borås, a Escola Sueca de Têxteis, da SKF (empresa inventora do rolamento há mais de 100 anos), da Husqvarna e da Volvo Cars. O Sindica-



to das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (Seac-SC) serão representados por uma comitiva com seis participantes.

As inscrições para a missão estão abertas no site www.conexaosuecia.com.br e têm como público-alvo administradores, empresários, gestores públicos e profissionais da educação.

Sindesp-PR realiza confraternização no Dia Internacional da Mulher

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) realizou, no dia 8 de março, uma confraternização com a presença de funcionárias e representantes das empresas associadas. Com apoio do escritório de advocacia Kriek & Dionizio, da Confeitaria Piu Pane, profissional em permanente, alongamento e tintura de cílios Adriana Wollinger, e do Espaço de Beleza Ana Cristina, um coffee break foi realizado para as mulheres presentes, seguido de tratamentos



de coloração de cílios, maquiagem e entrega de brindes sorteados da TRUSS. A confraternização contou com a presença de diretores do Sindesp-PR e do presidente, Luiz Alfonso Fregulia.

SINDICATOS

SEMEESP

Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Iuga

SESVESP

Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Telefone: (68) 3224-9179
E-mail: sindespac@hotmail.com
Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP/BA

Telefone: (71) 3450-0411 / 0563
E-mail: sindespba@terra.com.br
Presidente: Lauro Santana Silva

SINDESP/CE

Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Telefone: (61) 3233-9922 / 8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Irenaldo Pereira Lima

SINDESP/ES

Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Jacymar Daffini Dalcamini

SINDESP/GO

Telefone: (62) 3218-5946 / 5330
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Leonardo Ottoni Vieira

SINDESP/MA

Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MS

Telefone: (67) 3382-9907
E-mail: sindesvms@gmail.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINDESP/MT

Telefone: (65) 3027-6607 / 3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Telefone: (91) 3246-3430
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Oziel Mattos Carneiro

SINDESP/PB

Telefone: (83) 3241-6466
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Telefone: (86) 2106-0924/0900
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Telefone: (41) 3233-6787 / 6880
E-mail: sindesp-pr@sindesp-pr.org.br
Presidente: Luiz Alfonso Fregulia

SINDESP/RJ

Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Câmara

SINDESP/RN

Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: José Rossini Araújo Braulino

SINDESP/RO

Telefone: (69) 3229-0315
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Telefone: (51) 3233-7172 / 9744
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Paulo Renato Pacheco

SINDESP/SC

Telefone: (48) 3223-1678 / 1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquinio

SINDESP/TO

Telefone: (63) 3214-1400 / 6593
E-mail: sindespto@uol.com.br

SINESVINO

Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Vivaldi Pereira Rodrigues



Andrea Carla Gomes

Força Feminina na
Segurança Privada

A empresária Andrea Carla Gomes Ferreira é a prova de que as mulheres também fazem sucesso na segurança privada. Formada em administração, contabilidade e direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, há 14 anos enxergou uma boa oportunidade de negócio no segmento. Desde então, tem atuado à frente da Falconseg Segurança de Valores no estado da Paraíba. Com visão moderna, defende uma integração ainda maior entre o vigilante e a tecnologia para maximizar os resultados. Em 2005, apenas dois anos após ingressar no mercado, percebeu a importância sindical e se filiou ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada da Paraíba (Sindesp-PB). Em 2010, assumiu o cargo de diretora para Assuntos de Segurança Eletrônica. O excelente trabalho desenvolvido dentro da entidade fez com que, em 2014, recebesse o apoio de outros diretores e se tornasse presidente do Sindesp-PB. “A atividade sindical, para a classe empregadora e laboral, é de suma importância, pois equaliza adequadamente a relação patrão e empregado, cujas decisões amplamente discutidas e negociadas procuram sempre tratar de forma harmônica os interesses empresariais com os laborais, de forma que se mantenha a viabilidade jurídica e financeira da atividade”, enfatiza Andrea. A empresária ainda conta que o fato de ser mulher é um trunfo na hora de administrar a empresa e o sindicato. “A mulher tem uma maneira mais cuidadosa de conduzir as relações de trabalho, uma característica natural da personalidade feminina. Isso permite melhor gestão de conflitos, característica essa de suma importância no setor de serviços em razão do grande número de pessoas na atividade. Eu aconselho às mulheres que tiverem a intenção de assumir cargos de gestão, perseverarem e não se deixem abater diante das dificuldades que certamente vão surgir.”



José Milton Pimentel Filho

Exemplo de Profissional

Lá se vão 22 anos desde que José Milton Pimentel Filho assumiu o cargo de diretor-executivo do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE). Antes de chegar à entidade, já atuava no setor de serviços desde 1975. Essa experiência foi fundamental para ele se tornar uma referência entre os executivos de sindicato. Aos 69 anos, é um dos nomes mais respeitados quando se fala em profissionais especializados na gestão sindical. Desde que assumiu a função em 1995, ele foi peça importante na estruturação implantada pelos presidentes que comandaram o Sindesp-CE. “Nos 22 anos de atuação, desenvolvemos um trabalho de estruturação na parte administrativo-financeira. Os executivos são, na verdade, assessores dos presidentes no desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos sindicatos, nas reuniões, mediações coletivas, convenções e outros assuntos da categoria”, conta Pimentel. Também destaca que os sindicatos são importantes na aproximação das empresas, de modo que se produza uma retaguarda nas áreas administrativas, jurídicas e operacional. Milton, como é conhecido entre os colegas que exercem função semelhante nas outras entidades do segmento, é taxativo ao defender a importância da segurança privada: “é tão necessária como a segurança pública, cada uma delas fazendo seu papel de guardião da segurança do brasileiro”. Reconhecido pelo profissionalismo, pela seriedade e eficiência, Milton Pimentel também deixa transparecer outra qualidade que contribui para que ele seja admirado pelos executivos de outros sindicatos: a generosidade. “Quero agradecer aos ex-presidentes do Sindesp-CE Gaudêncio Lucena, Alfredo Ibiapina, Cesar Marques e ao atual presidente Urubatan Romero pelo apoio durante todo o período. Agradeço também a todos os executivos que fazem o Grupo dos Executivos (Geasseg) pela amizade e troca de informações permanentes.”



Fique ligado na nossa **Agenda**

• ABRIL

18/04:

Reunião dos Assessores Jurídicos (Fenavist e Febrac). Local: Brasília/DF

Reunião do Conselho Gestor. Local: Brasília/DF

• MAIO

04 e 05/05:

31º GEASSEG. Local: Fortaleza/CE

16/05:

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.
Local: Brasília/DF

23 a 25/05:

20ª EXPOSEC. Local: São Paulo/SP

Lançamento do V ESSEG – Estudo do Setor da
Segurança Privada. Local: São Paulo/SP

• JUNHO

06/06:

II Encontro dos Assessores de Comunicação
(Fenavist e Febrac). Local: Brasília/DF

22 e 23:

Reunião de Diretoria e Assembleia Geral
Extraordinária. Local: Manaus/AM
ENESP Região Norte. Local: Manaus/AM

• JULHO

NÃO HAVERÁ REUNIÃO

• AGOSTO

19 a 27/08:

Missão Empresarial à Colômbia
Local: Bogotá/Colômbia

• SETEMBRO

19/09:

Reunião dos Assessores Jurídicos (Fenavist e
Febrac). Local: Brasília/DF

26/09:

Reunião Conselho Gestor. Local: Brasília/DF

• OUTUBRO

26 e 27/10:

Reunião de Diretoria e Assembleia Geral
Extraordinária. Local: Goiás
ENESP Região Centro-Oeste. Local: Goiás

• NOVEMBRO

28/11:

Reunião de Diretoria e Assembleia Geral
Ordinária. Local: Brasília/DF
Festa de Encerramento 2017 (Prêmios Diretor e
Sindicato do Ano). Local: Brasília/DF

CUIDAMOS DO SEU DINHEIRO PARA VOCÊ CUIDAR DO SEU NEGÓCIO.

A maior empresa de segurança do país tem os melhores serviços em logística de valores. Com frota de mais de 1.800 veículos blindados, profissionais especializados e tecnologia de ponta, a Prosegur oferece soluções personalizadas e inovadoras a todos os clientes.

Nossos serviços:



Transporte e
Custódia de Valores



Caixa Fácil



CataMoeda



Gestão de Caixas
Eletrônicas



Gestão de
Numerários



Transporte de
Cargas Especiais



twitter.com/prosegur_BR

facebook.com/prosegur.brasil

www.prosegur.com.br



PROSEGUR
Você pode confiar.